

Diplomacia e Comércio de Macau na Ásia do Sueste, em inícios do século XIX

Jorge M. dos Santos Alves

COMO VEM SENDO DEMONSTRADO EM TRABALHOS DE crítica e revisão historiográfica¹, a análise do comércio português e luso-asiático do Golfo de Bengala, na Insulíndia e no Mar da China, nas primeiras décadas do século XIX, deve ser revista e repensada. Não se trata apenas de proceder a simples cosmética, repescando exemplos mais ou menos singulares sobre o tema, mas de procurar avaliar ponderadamente o nível e a extensão da participação de homens de negócios portugueses e luso-asiáticos nas redes comerciais asiáticas e mesmo transoceânicas durante aquela época.

Essa perspectiva de análise parece evidenciar que, na viragem para o século XIX, os homens de negócios de Macau e a própria vida mercantil da cidade permaneciam particularmente activos; procuravam até romper em direcção a novos mercados, no Mar da China, no Índico, no Atlântico e mesmo no Pacífico. Macau fê-lo então, como sempre o fizera, através da acção concertada dos seus canais diplomáticos e comerciais.

Sem esta plástica e eficaz diplomacia do empório macaense, que não se restringe, como alguma historiografia ainda supõe, ao Império Chinês, não teria sido viável, em várias épocas da sua história, a sobrevivência de Macau. Foi, com efeito, a internacionalização elevada à máxima potência uma das razões mais decisivas para a solidificação e sobrevivência do projecto luso-chinês de Macau. A hábil tecelagem da sua rede de contactos e relações político-diplomáticas e mercantis fez de amortecedor para muitas das crises da cidade e serviu, afinal, de garante da sua continuidade como porto internacional.

Nas primeiras décadas do século XIX, numa linha de clara e consistente continuidade, Macau tudo fez para manter a abertura aos mercados circundantes da Ásia do Sueste e do Mar

da China. Seguindo o modelo tradicional, com maiores ou menores dificuldades, numa conjuntura especial, Macau procurou estender o seu comércio a novas áreas geográficas. O objectivo, numa época de internacionalização do comércio asiático, era a internacionalização total: saltar da escala asiática para a escala global. Isto é, deixar os limites do Índico e do Mar da China, para chegar ao Atlântico e ao Pacífico. O primeiro passo, que aqui acompanhamos, foi dado na Ásia do Sueste.

A conciliação daqueles que podemos designar por «mercados tradicionais» da geografia de negócios de Macau na Ásia do Sueste (v.g. Sião, Camboja, Cochinchina, Bornéu, Banjarmasin e Timor), com novos mercados dentro desta mesma região (Terengganu, Achém e Pontianak), constituiu uma das novidades do período que mediou entre os finais do século XVIII e os primórdios do XIX. Na procura de uma maximização da autonomia mercante e diplomática à escala panoceânica residiu o objectivo maior do império macaense.

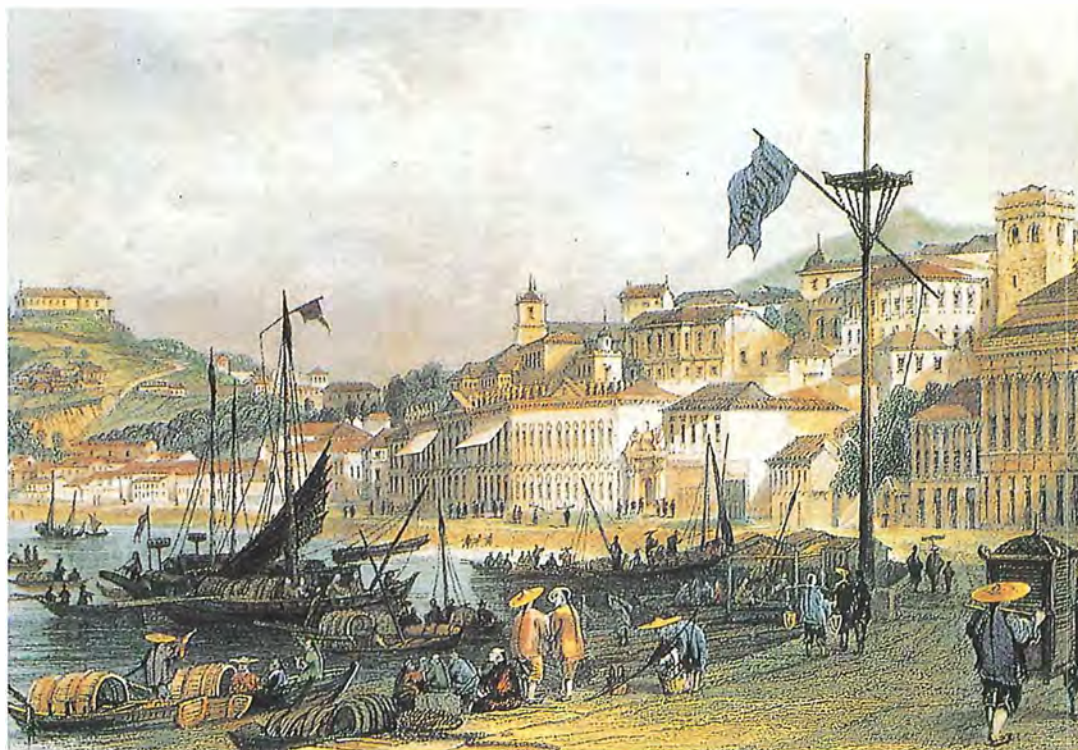
No último quartel do século XVIII, nomeadamente nos primeiros anos do XIX, a estrutura do comércio asiático alterou-se substancialmente. Talvez pela primeira vez, as relações comerciais entre a Ásia e a Europa representavam maior volume de mercadorias e maior valor financeiro do que o chamado comércio Ásia-Ásia. Neste processo, o comércio de ópio adquiriu particular significado, mormente no regime de trocas entre os europeus (encabeçados pelos ingleses) e o Império Chinês.

Controlado durante séculos por mercadores do Guzerate e de outras partes da Índia, o comércio de ópio nos mercados asiáticos passou em finais do século XVII para as mãos da Companhia Holandesa das Índias Orientais (V.O.C.). Posteriormente, graças à conquista de Bengala, a grande zona produtora de ópio da Índia, pelos ingleses, iniciada em 1757, o negócio do ópio

deslizou gradualmente para as mãos dos ingleses ao longo do século XVIII. Em 1773 os interesses ingleses (representados maioritariamente pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, a E.I.C.) começaram por estabelecer o monopólio sobre o comércio opiáceo. Em 1797 o monopólio inglês estendeu-se ao próprio circuito produtivo, banindo em poucos anos todo o cultivo paralelo e levando à concentração da produção nas áreas de Bihar e Banaras. Primeiramente destinado aos mercados da Ásia do Sueste, o ópio de Bengala penetrou de forma crescente, explosiva depois, em princípios do século XIX, no mercado chinês. Uma vez mais fê-lo pela mão dos ingleses, que assim conseguiam compensar (o que a panaria de algodão por si só não era capaz) o défice das suas transacções de chá chinês nos portos daquele império.

Os homens de negócios privados portugueses e luso-asiáticos, designadamente aqueles que operavam a partir de Macau, procuraram, num primeiro momento, continuar exteriores à rede comercial-marítima da E.I.C., concorrendo até com ela. É disso exemplo, durante boa parte da segunda metade do século XVIII, a sua participação activa num conjunto de ligações comerciais-marítimas entre a Índia do Sul e o Golfo do Bengala, e a Ásia do Sueste e a China. Era especialmente notória a participação destes agentes mercantes no comércio açucareiro entre a China e a Índia do Sul, inundando os mercados indianos de açúcar chinês a preços imbatíveis. Tem sido sobejamente mencionada, mas continua insuficientemente estudada, a sua activa participação (muitas vezes em sociedade com mercadores privados ingleses) no comércio de sedas chinesas para os mercados da Índia do Sul, bem como nas relações comerciais entre o Bengala e as Filipinas. Uma vez activada a pressão naval e o reordenamento comercial da E.I.C., logo os mercadores macaenses se viram forçados a encontrar no comércio de ópio, em colaboração

Na viragem para o século XIX, os homens de negócios de Macau e a própria vida mercantil da cidade permaneciam particularmente activos. Gravura representando a Baía da Praia Grande, ca. 1835. Gravado por W.H. Capone, a partir de um desenho de Thomas Allon, com base num esboço feito pelo Tenente White. Arquivo CNCDP.



com a E.I.C. ou com mercadores privados ingleses, a base dos seus negócios.

Cientes de que poderia beneficiar igualmente da cooperação com os negociantes de Macau, a E.I.C. passou a escoar uma parte substancial do seu ópio para o mercado chinês através dos macaenses, ou em navios com estandarte português. De forma oficial, a E.I.C. interrompeu em 1809 a participação directa no comércio de ópio para a China. Apesar dos lucros alcançados graças ao comércio do ópio, os mercadores macaenses sentiam que essa situação não duraria indefinidamente.

As autoridades chinesas repetiam as proibições ao tráfico de ópio, tanto quanto ao seu consumo. Por outro lado, a participação macaense naquele tráfico só se mantinha mediante o abastecimento exclusivo nos mercados do Bengala,

estritamente controlados pela E.I.C. Para mais, isto obrigava ao dispêndio de avultadas somas de prata, única unidade de troca aceite pelos ingleses. Cabia, pois, a Macau, se queria continuar a prosperar com o ópio, encontrar uma alternativa ao ópio bengala que quebrasse esta pesada dependência. Mesmo no plano político-militar, o relacionamento de Macau com os ingleses suscitava alguma apreensão ao Senado da Câmara e aos moradores em geral. O apetite inglês pelo controlo efectivo de Macau iniciara-se em meados do século XVIII, momento da sua entrada em força no comércio da China. Necessitados de uma base de apoio à sua navegação e comércio, que os chineses lhes negavam, os ingleses olharam insistentemente para Macau como um alvo potencial para as suas pretensões de estabelecimento nas costas da China do Sul.

A passagem das palavras à acção deu-se, pela primeira vez, em 1802, quando, a pretexto de defender Macau contra uma potencial ameaça francesa, uma armada inglesa se preparou para desembarcar e ocupar a cidade. Seis anos mais tarde, em 1808, o desembarque concretizou-se, mas a ocupação de Macau por tropas inglesas durou apenas quatro meses, fruto da resistência das autoridades chinesas e de habilidades diplomáticas do ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, representando os interesses do Senado e dos moradores.

Um punhado de fortes razões levava, pois, Macau a procurar cortar a verdadeira teia de dependências que prendia a cidade e os seus moradores aos interesses ingleses. No que concerne ao comércio de ópio, num esforço iniciado já a partir de 1801, os mercadores de Macau recorreram ao ópio de Malwa, que se exportava a partir das posições portuguesas de Diu e Damão. Trabalhando em associação com privados ingleses e luso-indianos, os mercadores de Macau procuravam iludir o monopólio da E.I.C., levando ao mercado chinês ópio de menor qualidade, mas de bem mais baixo preço. Mas na verdade os principais beneficiados com este comércio eram os mercadores privados ingleses, que continuaram a desenvolver o seu comércio e a prosperar.

No passado, por diversas vezes, Macau tivera experiências dolorosas sempre que fizera depender a sua vida comercial-marítima da quase exclusividade de uma linha de comércio. A história da cidade ensinara aos macaenses que as linhas complementares de um comércio principal eram absolutamente essenciais. Só a diversificação para outros produtos e mercados poderia assegurar, em tempo de previsíveis dificuldades com o ópio, a sobrevivência da cidade.

Por esta ordem de ideias assistiu-se nos primeiros anos do século XIX a várias tentativas de reanimar mercados sueste-asiáticos que outrora, em períodos dos séculos XVII e XVIII, haviam contribuído para a prosperidade de Macau e dos seus moradores. Tomemos por primeiro cenário geográfico deste esforço diplomático e comercial de Macau a Península Indo-chinesa.

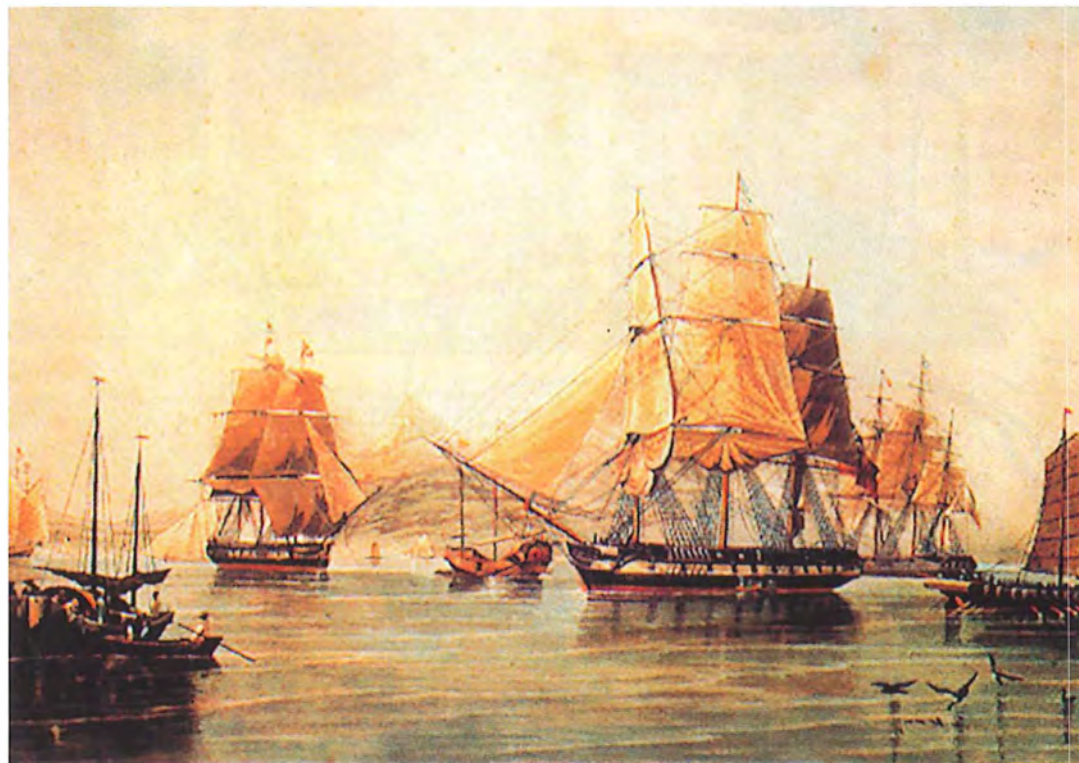
– No Sião, procurou Macau a todo o transe reavivar o comércio português, usando como pivot dessa estratégia a abertura em Bangkok, em 1820, de uma feitoria permanente e de um consulado.

– Na Cochinchina, após o fracasso dos acordos de comércio e dos projectos de ajuda militar aos reis Nguyen em finais do século XVIII, o comércio macaense voltou a tentar instalar-se por 1808/1809, desta feita pela mão do negociante João de Deus de Castro. Procurou introduzir-se tabaco de Portugal, através de uma feitoria portuguesa no porto de Donnay, em 1810/1811.

– No Camboja, também por 1810/1811 procurou-se encontrar um mercado alternativo para a compra de panaria de algodão, para o que foram enviados representantes do Senado de Macau, com cartas de apresentação, a fim de conseguirem negociar o estabelecimento de uma feitoria portuguesa num porto daquele reino.

O mentor deste e de outros projectos mais vastos de comércio e diplomacia de Macau era Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ouvidor de Macau entre 1803 e 1824. Mais do que simples gerador de ideias e planos, Arriaga distinguiu-se pela sua capacidade de estabelecer articulação entre eles, sempre com o fito de promover a modernização e desenvolvimento de Macau. Mais do que um gestor de conjunturas, Arriaga era um coordenador e organizador. Para realizar os seus projectos, Arriaga apostava na articula-

Embarcações de transporte de ópio numa gravura de ca. de 1825, in revista *Macau*, Julho, 1997.



ção perfeita do comércio e daquilo a que chamava a «diplomacia antiga de Macau». O funcionamento dos canais de comércio e diplomacia de Macau assentava fundamentalmente na rede de contactos pessoais, com mercadores e poderes asiáticos, dos negociantes macaenses. A reanimação destes contactos e da própria cidade dependia também da injeção de sangue novo nos meios comerciais macaenses. O incentivo à fixação de jovens e dinâmicos agentes de negócios portugueses em Macau era uma das prioridades. Durante alguns anos Miguel de Arriaga levou por diante uma política de concessão de benefícios de vária ordem (compra de navios, licenças de viagem, crédito e casamento com filhas de famílias ilustres macaenses ou com órfãs) a troco da fixação de residência e partici-

pação na vida mercante de Macau. Contando com os moradores mais antigos e uma vaga de novos residentes, a preocupação de Arriaga era agora coordená-los, dirigi-los para um mesmo objectivo, que visava, para além da Ásia do Sueste continental, alguns pontos do Arquipélago Malaio, tais como:

- No sultanato de Brunei os contactos iniciaram-se em 1806, tendentes à criação de uma feitoria portuguesa naquele porto. Estas diligências viriam a ser retomadas em 1813, apesar de o sultão de Brunei se encontrar exilado em Pontianak, devido à eclosão de guerras civis no seu país.

- Em Terengganu, sultanato da costa da Península Malaia virada para o Golfo do Sião, e grande produtor e exportador de pimenta, os contactos aceleraram por 1805. Este potentado



atravessava um momento de certo declínio económico, por força da pressão militar do Sião, desejoso de o anexar, e da emergência de competidores comerciais e militares nas zonas vizinhas, tais como Kelantan, a norte, e Singapura, a sul, depois de 1819. Uma vez mais pretendia-se reanimar as ligações comerciais com Macau, que remontavam à década de 1780, tendo em vista sobretudo o abastecimento de pimenta para o mercado chinês.

– O sultanato de Banjarmasin, no Sul do Bornéu, havia requerido em 1811 ao senado macaense a retoma de relações comerciais,

muito antigas com Macau. No ano seguinte, Arriaga despachou um representante da cidade com a missão de negociar um acordo que permitisse a construção de uma feitoria portuguesa em Banjarmasin e outra em Pontianak, a troco do envio de armas e munições.

– No sultanato de Achém, no topo norte de Samatra, também se procurou o reatamento de laços comerciais antigos. Em meados da década de 1810, como veremos adiante, certos indicadores apontavam para que um porto deste sultanato pudesse desempenhar um papel fulcral na nova estratégia comercial de Macau.

Macau no século XIX. Litografia de Sabastier segundo um desenho de Lauvergne, in *Voyage de la Bonite*, de M. Vaillant. Arquivo CNCDP.

Como se constata, com os exemplos acima alinhados, a diplomacia e o comércio de Macau estendia o seus braços um pouco por toda a Ásia do Sueste, neste período do século XIX. Claramente a cidade pretendia encontrar mercados alternativos, seguros, para o seu comércio no interior da Ásia do Sueste, bem como para as rotas mercantes entre aquela região e a China. No mercado chinês, o comércio do que podemos chamar de iguarias oriundas da Ásia do Sueste (como ninhos de andorinha, bicho de mar², barbatanas de tubarão e bucho de peixe) e das especiarias (em especial a pimenta) ajudaria à prosperidade de Macau e a quebrar o ciclo de dependência em relação ao ópio de Bengala.

Da parte dos próprios potentados malaioes existia interesse em fazer ressurgir o comércio com Macau, mas havia sobretudo uma enorme procura pelo auxílio militar ou arsenalístico dos portugueses de Macau. Nesta época, vivia-se um momento de transição no quadro geo-político e militar da Ásia do Sueste, que se iniciara na década de 1780 e se haveria de prolongar bem dentro da década de 1820. O «mito» das armas de fogo de Macau reaparecia agora nesta conjuntura particular. Depois de ao longo do século XVII os fundidores de Macau terem granjeado enorme fama por toda a Ásia do Sueste e Mar da China, e mesmo um pouco por toda a Ásia portuguesa, os negociantes de Macau mantiveram-se entre os principais, senão os principais, fornecedores de armas e munições desta área geográfica. Gerindo os seus bons contactos junto dos meios mercantis portugueses, luso-asiáticos ou de outros europeus, por onde circulavam as armas e as munições, os mercadores macaenses impunham-se aos seus concorrentes asiáticos (designadamente os chineses) que não tinham acesso a estes produtos estratégicos.

É sobejamente conhecido o caso da Cochinchina e já acima citámos o caso do Camboja. Também no Sião, a diplomacia macaense colo-

cou em cima da mesa de negociações da feitoria e consulado português em 1820 as armas de fogo e as munições como trunfo importante. Curiosamente, um dos casos mais emblemáticos desta recuperação do «mito» das armas portuguesas (a ler macaenses) nas primeiras décadas do século XIX, deu-se no Pacífico, nas ilhas de Sandwich (Hawai). Em 1817, um enviado do soberano local chegou a Macau para comprar um carregamento de armas, que lhe permitisse resistir aos planos de ataque russos sobre o arquipélago.

Para além da oportunidade de negócio que se abria, pela via do Hawai, para o fretamento de navios macaenses para o transporte de mercadorias para a China (como sucedera em 1813, com o navio *Mercurio* de Bernardo Gomes de Lemos), abria-se igualmente um mercado abastecedor de sândalo (mais barato que o de Timor) e de peles vindas da Califórnia para o mercado de Cantão.

Este último exemplo é especialmente relevante para ilustrar de que forma, nos primeiros anos do século XIX, Macau procurava abrir os seus braços de comércio e diplomacia até mesmo ao Pacífico, num plano verdadeiramente panoceânico. Uma vez mais o coordenador do projecto era Miguel de Arriaga. Inicialmente dispostos ao sabor das solicitações, das iniciativas de soberanos malaioes ou de aventuras comerciais desgarradas de alguns dos seus moradores, a diversificação e expansão comercial e diplomática de Macau tornou-se, pela acção planificadora e sistematizadora de Miguel de Arriaga, um verdadeiro plano de reordenamento da vida internacional da cidade. Os seus pilares eram a recuperação dos canais diplomáticos da cidade e uma nova geografia de negócios panoceânica.

Este plano não se limitava ao Índico, Mar da China e ao Pacífico. Estendia-se ao Atlântico. Beneficiando deste esforço de redimensionamento da actividade comercial de Macau, no

qual a diplomacia da cidade foi de enorme préstimo, Macau apostou também forte numa ofensiva diplomática junto da Coroa Portuguesa que, em última instância, lhe desse acesso ao mercado brasileiro e aos tráficos atlânticos em geral.

Procurando tirar partido da fuga e estabelecimento da corte no Brasil, em 1807, o Senado de Macau aproveitou igualmente o ensejo para apresentar ao soberano um conjunto de medidas que reputava de indispensáveis para um novo surto de desenvolvimento. Estas medidas, de que algumas foram efectivamente acolhidas pelo Príncipe Regente, podem agrupar-se em três pontos essenciais:

1. *Reordenamento e modernização da vida comercial, e reforma do sistema financeiro de Macau.* Este primeiro ponto incluía medidas como: isenção do pagamento de direitos alfandegários das mercadorias vindas da China (pela via de Macau) para o Brasil; a expulsão da cidade dos mercadores privados ou das casas comerciais europeias, mormente as inglesas; a liberalização da navegação e do comércio macaenses em todos os portos de aliados da Coroa Portuguesa; a administração das fortunas pessoais dos mercadores macaenses pelo Senado da Câmara, desde que considerado dinheiro mal parado; criação de uma companhia de seguros.

2. *Revisão do modelo de relacionamento político-institucional de Macau com a Coroa Portuguesa.* Nesta alínea eram considerados como aspectos fundamentais os seguintes: reconhecimento formal da fidelidade de Macau à Coroa Portuguesa, através da concessão do título de «Leal» ao Senado da Câmara; nomeação de um procurador permanente de Macau na corte do Brasil; dependência directa de Macau em relação à corte brasileira, cortando a sua dependência relativamente a Goa; consulta a Macau por ocasião da nomeação dos governadores de Macau.

3. *Reforma do sistema defensivo de Macau.* Como tópicos fundamentais estavam os seguintes: reforço das estruturas defensivas da cidade; envio de um contingente de 600 soldados portugueses e 200 artilheiros para a guarnição da cidade.

Como vimos já, este vasto plano de alargamento da diplomacia e do comércio macaenses visava chegar a mais, novos e antigos, destinos e mercados da cidade. Na mente de Arriaga, desejava-se a ideia de que a consumação daqueles objectivos só era possível através de uma coordenação e sistematização dos esforços e das iniciativas. Mas a transição de Macau para a modernidade passava também, em larga medida, pela adopção de novos processos e técnicas económicas e financeiras, trazidos da Europa e praticados na Ásia pelas grandes companhias de comércio. Passava ainda, no entender de Arriaga, pela cunhagem em Macau de moeda de prata própria. No fundo, para além do redimensionamento da geografia de negócios de Macau, que assumiria doravante um carácter verdadeiramente panoceânico (Atlântico-Índico-Pacífico), o plano de Arriaga para o desenvolvimento de Macau escorava-se também numa autonomização relativamente à E.I.C., mas não forçosamente em relação aos mercadores privados ingleses, e na escolha de novos parceiros no campo europeu e asiático.

Entre os ocidentais, americanos e suecos eram os principais alvos dos planos de Arriaga. Aqueles seriam atraídos a Macau como mercado alternativo de abastecimento de ópio do Malabar (escoado a partir de Damão), fora do controlo da E.I.C., para os mercados da Ásia do Sueste e da China. Do lado asiático, sabedor de que os principais agentes de estimulação comercial e financeira de Bombaim haviam sido os homens de negócios e financeiros parses e arménios, tratava-se de os atrair a Macau, tanto mais que aqueles se tentavam instalar já em Cantão (como veio a acontecer em 1817).

Do conjunto de medidas que, em 1807, o Senado de Macau apresentou ao Príncipe Regente como sendo indispensáveis para um novo surto de desenvolvimento, constava o reforço do sistema defensivo de Macau. Pormenor da Fortaleza do Monte. Fotografia de Jean Doat.

É pois este o *grand dessein* que visava colocar Macau na linha da frente das grandes metrópoles comerciais-marítimas do Oriente, e do Extremo Oriente em particular, que se deve integrar e destacar o projecto de estabelecimento de uma feitoria portuguesa no Achém, placa giratória de distribuição do ópio da Madeira e de Malwa para a Ásia do Sueste e para o Império Chinês, pela via de Macau.

Neste projecto, o Achém desempenharia quatro funções essenciais:

1. Principal porto abastecedor de especiarias (pimenta sobretudo), areca e escravos para os mercados da Índia e Mar da China.

2. Porto de escala alternativo para a navegação portuguesa e luso-asiática na Ásia do Sueste e Mar da China, a Malaca e Penang.

3. Entrepasto de comercialização do ópio de Malwa e do ópio vindo da ilha de Porto Santo, na Madeira.

4. Base de reparação e construção naval para a navegação portuguesa e luso-asiática.

Contudo, as variáveis do projecto de comércio triangular Madeira-Achém-Macau não chegariam nunca a conjugar-se positivamente. Guerras civis no Achém e a sua crescente subalternização relativamente a outras grandes metrópoles da região, designadamente Penang, e o aparente fracasso da produção e comércio de ópio na Madeira foram duas das mais fortes razões para o fracasso deste projecto.

Assim se esfumou o projecto de tráfico de ópio na Ásia do Sueste e na China, pela via de Macau, por intermédio de um dos seus negoci-



antes, de comércio triangular Madeira-Achém-Macau. Apesar de tudo, o comércio do ópio de Bengala continuava sendo mais proveitoso, não obstante os riscos que Macau corria com a sua introdução no Império Chinês e da posição cada vez mais difícil em que colocava a cidade em relação aos interesses da E.I.C.

O falhanço deste e dos demais projectos que conjugavam habilmente a diplomacia e o comércio de Macau, em princípios do século XIX, no contexto da Ásia do Sueste, empurrou o comércio da cidade para a situação que o Senado e Arriaga a todo o transe haviam procurado evitar: a concentração de navios, capitais e expectativas no negócio do ópio. Apesar de tudo, o empório macaense ainda viveria durante mais duas décadas de prosperidade, graças sobretudo ao comércio do ópio.

- ¹ Para além dos trabalhos de Pierre-Yves Manguin, Bryan de Souza e Ângela Guimarães, citados na bibliografia deste artigo, veja-se sobretudo a reflexão proposta por Kenneth McPherson.
- ² O bicho de mar era o nome dado pelos portugueses à holotúria (género de equinodermes holoturídeos, da ordem dos peclatas), iguaria extremamente apreciada na China, sobretudo na China do Sul, onde é consumida seca e fumada, sendo muito usada na confecção de guisados. Esta iguaria angariou entre os chineses, ao longo dos tempos, a reputação de poderoso afrodisíaco.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

- Jorge M. dos Santos ALVES, «Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII)», in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, séculos XVI-XIX*, organização e coordenação de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge M. dos Santos Alves, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 179-219.
- Jorge M. dos Santos ALVES, «O triângulo Madeira/Achém/Macau. Um projecto português de comércio de Ópio (1816)», in *Archipel*, Paris, número especial em memória de Denys Lombard (no prelo), 1998. Remetemos o leitor para este estudo, no qual encontrará referência às fontes que sustentam documentalmente o presente artigo.
- Barbara Watson ANDAYA, «An examination of the sources concerning the reign of Sultan Mansur Shah of Trengganu, 1741-1973», in *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, 1976, vol. 49, II, pp. 80-107.
- Luís Filipe BARRETO, «A condição de Macau – elementos para uma análise histórico-cultural», in *Administração. Revisada Administração Pública de Macau*, n.º30, 1995, vol. VIII, pp. 777-787.
- William Gervase CLARENCE-SMITH, *The Third Portuguese Empire, 1825-1875; A Study in Economic Imperialism*, Manchester, 1985.
- FOK KAI CHEONG, *The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-sixteenth century to the Opium War period*, Tese de Doutoramento (exemplar policopiado), University of Hawaii, 1978.
- Jorge FORJAZ, *Famílias Macaenses*, 3 vols., Lisboa, Fundação Oriente/ Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1997.
- M. GREENBERG, *Brithish Trade and the Opening of China*, Cambridge, 1951.
- Ângela GUIMARÃES, *Uma relação especial: Macau e as relações luso-chinesas (1780-1844)*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996.
- Kenneth MACPHERSON, «Enemies or Friends? The Portuguese, the British and the Survival of Portuguese Commerce in the Bay of Bengal and Southeast Asia from the Late Seventeenth to the Late Nineteenth Century», in *The Portuguese and the Pacific; International Colloquium at Santa Barbara*, edição de Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies, 1995, pp. 211-238.
- Pierre-Yves MANGUIN, *Les Portugais sur les Côtes du Viêt-nam et du Campa. Étude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, Paris, 1972.
- Pierre-Yves MANGUIN, *Les Nguyen, Macau et le Portugal. Aspects politiques et commerciaux d'une relation privilégiée en Mer de Chine, 1773-1802*, Paris, 1984.
- Benjamim Videira PIRES, S. J., *A vida marítima de Macau no século XVIII*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Museu Marítimo de Macau, 1993.
- OM PRAKASH, «Opium monopoly in India and Indonesia in the eighteenth century», in *Merchants, Markets and the State in Early Modern India*, edição de Sanjay Subrahmanyam, New Delhi, Oxford University Press, 1990, pp. 121-139.
- Leonor de SEABRA, *Relações entre Macau e o Sião (séculos XVIII-XIX)*, Tese de Mestrado (exemplar policopiado), Macau, Universidade de Macau, 1994.
- Talib SHAHARIL, «The Port and Polity of Terengganu During the Eighteenth and Nineteenth Centuries: Realizing its Potential», in *Southeast Asia Port and Polity, Rise and Decline*, ed. J. Kathirithamby-Wells e John Villiers, Singapore, Singapore University Press, 1990, pp. 213-231.
- James T. SIEGEL, *The Rope of God*, Berkeley/Los Angeles, 1969.
- George Bryan SOUZA, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, 1991.
- António Martins do VALE, *Os Portugueses em Macau, 1750-1800*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997.
- James Francis WARREN, *Trade, Raid, Slave: The Socio-Economic Patterns of the Sulu Zone, 1770-1898*, Tese de Doutoramento (exemplar microfilmado), Australian National University, 1975.